



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: fundamentos e concepções econômicas no estado capitalista

Maria do Socorro da Silva (PPGEP –IFRN) ¹
José Mateus do Nascimento (PPGEP-IFRN) ²

- 1- *Mestranda do Programa em Educação Profissional –PPGEP - IFRN*
e-mail: socorro.silva@ifrn.edu.br
- 2- *Docente do Programa em Educação Profissional-PPGEP- IFRN*
e-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br

RESUMO

O presente artigo intitulado “As relações entre trabalho e educação: fundamentos e concepções econômicas no estado capitalista”, faz parte da revisão bibliográfica da produção da dissertação da autora e tem como finalidade, apresentar elementos que fundamentam a concepção acerca de estado, trabalho e educação na sociedade capitalista. Realizou-se investigação sobre como se define estas categorias no modo de produção capitalista, tomando como recorte temporal as mudanças inseridas no contexto econômico, político e histórico, a partir da implementação da economia capitalista e como estas relações incidem no âmbito do trabalho e educação na sociedade. A metodologia utilizada, constituiu-se com base na pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, com autores referenciados na temática. Como resultado da pesquisa, podemos constatar na investigação que as relações estabelecidas para a formação do trabalhador se fundamentam, nas concepções econômicas subjacentes a lógica do capital em vigência na sociedade, norteadores do processo educacional e seu processo formativo na educação escolar.

Palavras Chave: Trabalho, Educação, Economia, Capitalismo

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade suscitar produções acadêmicas e socializar conhecimento acerca do tema, a definição do objeto da presente pesquisa, concentra-se na necessidade de compreender e evidenciar, através de estudos e análises dos referenciais teóricos utilizados, elementos que caracterizam as categorias, sociedade, trabalho e a educação, sob o prisma da sociedade capitalista e suas implicações para a educação, utilizando um recorte temporal a partir da implementação do sistema de produção capitalista.

Utilizamos como suporte teórico para enquadramento conceitual do tema em estudo, as concepções de Antunes (2009); Braverman (1977); Frigoto, Ciavatta (2001);



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Frigoto (1999); Marx (1980); Meszáros (2005); Moura (2012); Savianni (2008); autores que retomam a centralidade e importância da construção de projetos formativos, que consideram a formação integral do homem e a emancipação dos sujeitos na formação da classe trabalhadora. Segundo Moura, (2008, p. 26):

Apesar dessa dura realidade, existe outro tipo de sociedade que pode ser buscada. Uma sociedade que tenha o ser humano e suas relações com a natureza, por meio do trabalho, como centro e na qual a ciência e a tecnologia estejam submetidas a uma racionalidade ética ao invés de estarem, quase exclusivamente, a serviço do mercado e do fortalecimento dos indicadores econômicos.

É importante destacar que esta concepção de formação, anunciada por Moura, caminha em sentido contrário à proposta concebida pelo capital, que propõe a formação do homem para o desenvolvimento do mercado de trabalho com a aquisição e domínio de técnicas, habilidades e conhecimentos que venham instrumentalizar esta formação no sistema produtivo de mercado.

Pensar, refletir e apresentar as contradições estabelecidas durante a constituição do modo de produção capitalista e como a educação e trabalho se configuram neste contexto, suas implicações, não só na mudança da política econômica e educacional, mas também na concepção de formação do trabalhador. Importante ressaltar que este processo de conformação da ideologia da classe trabalhadora a égide do capital e da globalização, se desenvolveu em lutas e disputas de outras concepções no mundo do trabalho.

Para Braverman (1997), o trabalho humano, é uma categoria distinta, não negociável, indissociável como qualquer outra, simplesmente, por que é humano. Segundo o autor, a lógica do capital é indestrutível, mas a natureza humana do trabalho, concebida pelo homem nesta etapa de produção, faz o contraponto e o diferencial na relações sociais de trabalho no sistema capitalista, sendo este o grande referencial, defendido por Marx. Ramos (2006), ressalta a importância em compreender a formação do homem na sua totalidade como sujeito histórico e social, significa conceber sua formação dentro de um “processo histórico e contraditório, pelo qual os indivíduos tomam consciência de si e das relações sociais das quais são sujeitos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Desta forma, destacar os elementos que norteiam e fundamentam os projetos societários de sociedade, trabalho e educação em disputa, faz parte dos objetivos desta investigação, que pretende com este estudo, contribuir para o alargamento da visão crítica, além de possibilitar alternativas e estratégias de formação para a construção de um outro modelo de sociedade que contemple a formação humana integral.

DESENVOLVIMENTO

As relações sociais de trabalho e os modos de produção econômica sempre sofreram alterações ao longo da história, seja por natureza histórica, política, econômica e ou por necessidade cultural e de manutenção de sobrevivência da humanidade. Embora deva se destacar que a economia estivesse regulando e impulsionando estas alterações e imprimindo uma nova forma de ser, pensar e agir no contexto da sociedade em cada período histórico.

É importante destacar que ao longo da história, diferentes modos de produção existiram na existência humana, como o modo de produção comunitário, primitivismo, escravista, feudal e capitalista. Em todos eles os trabalhadores com exceção do comunitário e primitivo, eram despossuídos de renda e meios de produção. Como afirma Saviani que “Conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como o ser humano trabalha, mudam as formas pelas quais os homens existem” (SAVIANI, 2003, p. 133).

E em todos eles diferentes processos formativos se instituíram com a diversas finalidades e objetivos da produção e da acumulação de riqueza e de capital. O trabalho humano, a formação profissional e a educação de igual modo se modificam e constituem variadas formas de conteúdos e concepções para atender a produção econômica e o mercado capitalista, onde afirma Saviani (2003, p. 133) que:

Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que se faz pelo trabalho. Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la, [...] Se é o trabalho que constitui a realidade humana, e se a formação do homem está centrada no trabalho – isto é, no processo pelo qual o homem produz a sua existência –, é também o trabalho que define a existência histórica dos homens.



Sendo assim, o trabalho humano e as relações sociais de produção, vêm se transformando ao longo da história da humanidade, subordinados a lógica do mercado e dos modos de produção econômica, realçados pelos contornos das contradições e conflitos, no campo histórico, social, político e econômico.

Mas é no modo de produção capitalista, que a formação do homem burguês ganha especial relevância e centralidade, ou seja é preciso ajustar a natureza e características do trabalho, à formação do trabalhador, ao modo de produção em curso. Ajustá-lo aos princípios e concepções de uma economia, centrada na automação industrial, na tecnologia e na globalização dos mercados.

A natureza do trabalho e a mudanças da economia decorrente na história, segundo Marx, se dá na compreensão da importância que se atribui ao trabalho humano, do valor social e econômico, e na luta que empregam os trabalhadores para ressignificá-lo e dimensioná-lo, pois afirma que “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1999, p. 297).

No modo de produção capitalista, ocorrido a partir do século XV, as relações de produção e as relações sociais de trabalho ganham uma nova dimensão e centralidade, pois os empregadores burgueses que surgem como donos do capital e dos meios de produção, adotam novas relações sociais de trabalho e compram a força de trabalho humana, estabelecendo preços e condições para este novo contrato de trabalho, onde o que vale é a produção e o lucro, desprezando qualquer característica de se conceber o trabalho na dimensão humana. E, é com base nesta perspectiva que abordaremos nossa análise, destacando como o trabalho e a economia, assumem conotações diferentes no modo de produção capitalista e suas influências na educação e na sociedade.

A CENTRALIDADE DO CAPITAL E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

De acordo Ramos (2006), com a ótica do modo de produção capitalista, “os sentidos humanos foram subjugados à lógica da propriedade privada, que atrela o gozo e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

a realização à posse dos objetos como capital-valorizáveis e geradores de lucro- ou como meio de subsistência socialmente determinado-destinados à satisfação de necessidades de diversas ordens” (RAMOS, 2006, p. 27). Mediante esta ótica a formação do trabalhador, se subordina a lógica do mercado de trabalho, onde são essenciais nesta formação a dimensão técnica e manual, que prevalece o conhecimento pautado na lógica e instrumentalização de procedimentos, onde o saber fazer se sobrepõe ao como fazer.

A lógica capitalista insere novos mecanismos de produção no interior da fábrica, onde o trabalho se constitui de forma fragmentada, parcelada e instrumentalizada, pois se concebe um trabalho desenvolvido separadamente, no campo intelectual e manual e braçal, onde nitidamente se percebe a intencionalidade do dono do capital em dissociar o pensar e o agir da produção da mercadoria.

O trabalhador segundo Braverman (1997, p. 55), neste contexto “faz o contrato de trabalho, por que as condições sociais, não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador por outro lado é possuidor de uma unidade do capital, que ele se esforça para ampliar e para isso converte parte dele em salário”. Entendemos que as mudanças trazidas pelo modo de produção capitalista, submete o trabalhador operário a uma nova lógica nas relações sociais de trabalho, que o obriga a aceitar as imposições frente a nova realidade econômica e social, aceitando este contrato de trabalho que estabelece um modelo novo de servidão e subserviência ao empregador e ao capital.

Marx em meados do século XIX, já se opunha a este sistema de produção, defendia a união entre a educação e o trabalho, unindo a formação intelectual e trabalho produtivo. Onde a formação aconteça no processo constitutivo do trabalho de forma ampla e geral, unificando os saberes do campo científico, tecnológico, cultural do trabalho e da educação em conjunto com os processos produtivos, na qual denominou de formação politécnica.

A revolução da tecnologia e da automação industrial introduzida pelo sistema capitalista, no século XIX inaugura um modelo de trabalho baseado na exploração da força de trabalho, na alienação e da fossilização do pensamento do trabalhador, que vai contribuir para não compreender, como se desenvolve as etapas de produção da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

mercadoria, que pode ser traduzida, na afirmação de Saviani (2003, p. 134), quando diz que:

A sociedade moderna, desenvolvida a partir do advento do capitalismo, revoluciona constantemente as técnicas de produção e incorpora os conhecimentos como força produtiva, convertendo a ciência, que é potência espiritual, em potência material através da indústria.

Desta forma, o conceito de trabalho na economia capitalista, é compreendido como mercadoria, como fonte de acúmulo de riqueza e produtor de mais valia, e o trabalhador se transforma em apêndice da máquina, despossuído de conhecimentos e habilidades, que Marx (1998, p. 16), caracteriza da seguinte forma:

Uma dessas ideias é a de que o desenvolvimento das forças produtivas pelo modo de produção capitalista chegaria a um ponto em que a contribuição do trabalho vivo se tornaria insignificante em comparação com a dos meios de produção, de tal maneira que perderia qualquer propósito aplicar a lei do valor como critério de produtividade do trabalho e de distribuição do produto social.

A sociedade moderna, erguida sob a ótica do capitalismo, introduz mudanças significativas nas técnicas utilizadas de produção e incorpora a ciência, a tecnologia como conhecimentos científicos fundamentais, para alavancar a indústria e a produção econômica. Esta compreensão do trabalho e sua dinâmica se caracterizou no modo de produção Taylorista/Fordista, onde o trabalho desenvolveu-se através da divisões de tarefas e movimentos mecanizados e repetitivos, processo resultante de estudo desenvolvido por Taylor, sobre tempo e movimentos, afim de contribuir para que os trabalhadores aumentassem sua produção e evitassem desperdícios.

Mecanismo este que promoveu um embrutecimento da classe trabalhadora e alienação da etapa produtiva, porém este processo está ligado as mudanças relativas a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

formação do trabalhador que segundo Smith³, se faz necessário promover a instrução para os trabalhadores, porém em tempos, conteúdos e doses homeopáticas, afim de prover o trabalhador de conhecimentos que iriam ser necessários a sua formação laboral, suficientes para operar a sua função e utilizar na eficiência e aumento do processo produtivo.

Assim nasce a concepção pautada nos referencias da sociedade capitalista, com ênfase na formação técnica do trabalhador, voltada apenas para aprendizagem e obtenção das habilidade e técnicas voltadas para o funcionamento do sistema produtivo, com base na produtividade, sendo a ciência, instrumental fundamental, que se incorpora a produção e a lógica da produção. Porém como afirma Saviani (2003, p. 137)

No entanto, os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque, sem conhecimento, eles não podem produzir e, se eles não trabalham, não acrescentam valor ao capital. Desse modo, a sociedade capitalista desenvolveu mecanismos através dos quais procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e devolvê-los na forma parcelada.

Propiciar conhecimentos de forma segmentada, sem o conhecimento da totalidade e sem o processo de produção na sua integralidade, constitui-se a dinâmica e os processos implementados pelo capital, para ampliar a produção e promover a alienação do trabalhador. Expropriar o trabalhador desta etapa e se apropriar dos conhecimentos produzidos pelo homem ao longo da humanidade, faz parte deste sistema produtivo.

Segundo Antunes (2009), “esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades, cuja somatória resultaria na produção coletiva de veículos”. (ANTUNES, p. 39). Este modelo de produção, caracterizou o modelo taylorista/fordista, que perdurou na primeira etapa de produção capitalista e consistia em desapropriar o trabalhador do conhecimento da totalidade da sua mercadoria, tornando-o alienado e excluído de todo o processo produtivo. E desta forma que Antunes (2009), destaca que se dá a subsunção real do trabalho ao capital.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A partir desta concepção de trabalho, importante destacar que a estrutura da sociedade não é mais a mesma, constituída e hegemônica na Idade Média. Pois muda as relações de poder e economia que se desenvolveu no feudalismo, uma classe ascendente de comerciantes e pequenos burgueses determinam as novas relações de trabalho e sociedade que se concentram nas cidades em torno das navegações e troca de mercadorias que impulsionam a economia e a estrutura social. Mudanças estas que alteram as relações sociais, onde o campo se subordina a cidade e a agricultura à indústria, com introdução de inovações na mecanização da agricultura e na produção industrial.

A sociedade constituídas de pequenos comerciantes e pequenos burgos, assinalam a necessidade de se ter, as novas relações constituídas por contratos e convenções, regulamentadas por códigos escritos, onde todos possam dominá-los. Que segundo Saviani, se constituiria a exigência básica da nova sociedade que se estabelecia

Esse tipo de sociedade tem, pois, como pressuposto, como premissa necessária, a introdução de códigos de comunicação não naturais, não espontâneos. É a partir daí que se pode entender a exigência de generalização dos códigos escritos, trazendo consigo, por consequência, a necessidade da generalização da alfabetização. Sobre esse pressuposto também se coloca a questão da universalização da escola que, estando referida ao trabalho intelectual, à cultura letrada, se constitui como via de acesso aos códigos escritos. Nas formas de sociedade anteriores, a escola podia ficar restrita àquela pequena parcela da sociedade que precisava desenvolver esse tipo de trabalho. (SAVIANI, 2003, p. 135)

Neste contexto a educação está atrelada aos interesses da classe dominante e do capital, sendo ela a principal ferramenta a ser usada a serviço da dominação e manutenção da hegemonia, como o que explicitou Frigotto (1999, p. 40) “O processo educativo escolar ou não, é reduzido a função de produzir, um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos, que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e consequentemente produção”. Importante ressaltar que neste sentido a educação têm se



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

constituído um polo de disputa hegemônica, precisamos apreende-la a partir desta realidade, a fim de explicá-la e vislumbrar as possibilidades mudanças.

Segundo Moura (2012, p. 2), “Evidentemente, na atual fase de desenvolvimento das forças produtivas, ancoradas na ciência, na técnica e na tecnologia, sob o domínio do sistema capital, a escola vem tornando-se “essencial” à sociabilidade humana. A partir desta compreensão a escola torna-se ferramenta estratégica do capital, pois é nela que acontece a reprodução de valores, princípios e fundamentos da economia capitalista, como forma de garantir o funcionamento e hegemonia da manutenção do modelo de sociedade.

Importante destacar que a educação escolar cumpre uma tarefa importante na socialização e veiculação deste conhecimento, quando da difusão e reafirmação dos valores idealizados para a formação do trabalhador e nas relações de produção que se materializam na prática educativa.

Compreender o trabalho em uma dimensão formativa e constituído dentro das contradições existente e lutas de classe entre o capital e trabalho, requer superar a visão das competências, habilidades e padrões de qualidade, conforme a lógica da competitividade, da empregabilidade, características de predominância técnica e burocrática, disseminados pela concepção do capital.

Meszáros (2005, p. 35), se contrapõe a esta lógica do capital e reconhece o quanto a educação formal, contribui para manutenção desta hegemonia, quando afirma que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu –no seu todo– o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade ou na forma "internacionalizada.

Estão evidentes no desenvolvimento do texto que as concepções que fundamentam a economia capitalista, são produzidas pela necessidade do capital e suas mudanças cíclicas na economia, relacionadas as necessidades do sistema produtivo e suas relações com a sociedade.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Nesta ótica de educação, como função de mercado, o trabalhador precisa estar permanentemente qualificado e deve investir na sua própria formação, que segundo Schultz (1971, p. 33) expressa que “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar”. Cumprindo assim a educação formal, apenas a formação inicial do trabalhador, com a formação básica e necessária para disputar o mercado de trabalho, entendendo que precisar se qualificar além do que se propõe a educação no seu tempo de formação escolar, deve investir em si próprio e aumentar a sua possibilidade de se manter ou se tornar empregável no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as relações entre trabalho e sociedade no modo de produção capitalista, requer um grande esforço teórico e conceitual, tendo em vista que há uma diversidade de autores e informações acerca da temática, e requer uma análise criteriosa de períodos e contextos dimensionados pelo mesmos, porém entendo ser de fundamental importância esta conceituação e o recorte temporal para que possamos, ter clareza dos projetos de sociedades em disputas.

Os processos de conformação do sujeito a ótica da globalização e mundialização da economia, pode ser assim disseminados no processo escolar da educação formal, onde a educação está atrelada aos interesses dominantes da sociedade global.

A educação neste contexto, subordinada a ótica de produção capitalista, passou a exigir um trabalhador qualificado e com conhecimentos e habilidades fragmentados, limitado a função produtiva no espaço de atuação, seja na indústria ou na empresa, onde a finalidade está associada a produtividade e eficiência do uso racional dos meios, tempo e sistema de produção capitalista.

Concluimos através de nossa investigação que as relações estabelecidas para a formação do trabalhador se fundamentam, nas concepções econômicas subjacentes a lógica do capital em vigência na sociedade. Sendo estas concepções e fundamentos, norteadores no campo educacional em todo processo formativo escolar.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho. 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FRIGOTTO, G. A **Produtividade da escola improdutivo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARX, KARL. **O capital:** crítica da economia política. 5. ed. Livro 1 v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital.** Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos; SILVA, Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. In: **Anais: 35ª Reunião anual da ANPEd:** Porto de Galinhas, 2012 (mimeo).

RAMOS, Marise N. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001

SCHULTZ, T. **O capital humano:** investimento em educação e pesquisa. Trad. de Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicidade. In: **Educação, Trabalho e Saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003.